

A CRISE DA SOCIEDADE DO TRABALHO EM DEBATE

JOSUÉ PEREIRA DA SILVA

"Numa sociedade típica da OCDE hoje, 20% das pessoas têm idade abaixo da idade em que podem entrar no mercado de trabalho; outros 20% estão aposentados. Do restante, 10% passam seu tempo em instituições educacionais. (Algumas dessas estimativas são consideradas por baixo.) Dos 50% remanescentes, alguns não estão procurando um emprego remunerado e outros, por uma razão ou outra, são incapazes de fazê-lo; não é implausível a avaliação de que ambos os grupos juntos abranjam cerca de 15%. Outros 10% podem estar desempregados. Isso deixa 25% da população. Estes 25% dependem cerca da metade dos dias do ano no trabalho, e, nesses dias, seus empregos requerem sua presença por cerca da metade de suas horas acordadas. Estamos ainda de fato vivendo numa sociedade do trabalho?"²

Meu objetivo, ao iniciar este artigo com a citação acima, é chamar a atenção para a grande importância que o problema do trabalho vem assumindo nos debates acadêmicos e políticos neste final de século. Na verdade, o debate sobre a crise da sociedade de trabalho, ou sobre o futuro do trabalho, tem aparecido com destaque cada vez maior na agenda das ciências sociais contemporâneas. Parece um tanto irônico, porém, que a

¹ Este artigo é parte de uma pesquisa em andamento financiada pelo CNPq.

² Dahrendorf, Ralf. *O conflito social moderno*. São Paulo, Jorge Zahar Editor/EDUSP, 1992, p. 153.

crescente importância desse debate se deve não a um alargamento, mas sim ao progressivo declínio do lugar que o trabalho ocupa na vida das pessoas. O texto de Dahrendorf é bastante claro quanto à perda da centralidade do trabalho na vida dos cidadãos dos países da OCDE. O que não parece muito clara é a resposta afirmativa que Dahrendorf dá para a pergunta por ele mesmo formulada no final da mencionada citação: "Estamos, e a prova disso é o destino do desempregado".³ Ora, parece haver uma contradição entre a situação descrita — na qual o trabalho ocupa um lugar apenas residual na vida dos habitantes da OCDE —, e a conclusão de que a população desses países ainda está vivendo numa sociedade do trabalho. É provavelmente nessa contradição — uma sociedade do trabalho sem trabalho — que se encontra chave do atual debate sobre a crise. Mas a discussão da crise da sociedade do trabalho ficaria sem sentido se não se definisse antes o que se entende por sociedade do trabalho.

I

Os princípios básicos sobre os quais se fundamenta a noção de sociedade do trabalho podem ser divididos em quatro figuras principais, a saber: a *empresa industrial capitalista* (cujo paradigma é a fábrica), que, como instituição separada da unidade produtiva familiar, organiza a atividade produtiva de acordo com critérios de racionalidade econômica; o *trabalhador (manual) assalariado*, duplamente liberado — dos laços feudais e dos meios de subsistência — para que possa vender livremente sua força de trabalho como mercadoria no mercado. Para que isso seja possível é necessário também a instituição do *mercado de trabalho*, onde capitalista e trabalhador se encontram para respectivamente comprar e vender a mercadoria força de trabalho; e, finalmente, uma *ética do trabalho* que justifique como moralmente válidos não apenas a necessidade e o dever de trabalhar, mas toda a teia de relações que compõe esse conjunto de instituições.

Uma análise da literatura existente sobre o assunto permite concluir que a idéia de uma sociedade (ou civilização) do trabalho está estreitamente ligada a experiência histórica das sociedades ocidentais desenvolvidas — Europa e Estados Unidos — desde o início da revolução industrial. Neste sentido, a noção de sociedade do trabalho em muito se assemelha à noção de sociedade industrial ou mesmo à de capitalismo industrial. Ou seja, elas são sociedades para as quais a fábrica se constitui na

³ *Ibid.*, p. 153.

unidade básica, mais importante, de produção e o trabalhador manual seu principal agente no processo de transformação da natureza.

Raymond Aron, um dos primeiros autores a discutir sistematicamente o assunto, define sociedade industrial como "a sociedade onde a indústria, a grande indústria, seria a forma de produção mais característica. Uma sociedade industrial seria aquela onde a produção industrial se realiza em empresas, como a Renault ou a Citroen".⁴ Para Aron, numa sociedade industrial, a empresa (local de trabalho) está separada da família. Ainda como parte da definição, ele acrescenta outros pontos como: primeiro, um tipo original de produção caracterizada pela divisão técnica do trabalho no interior da empresa; segundo, a acumulação de capital por parte da empresa industrial e, portanto, o caráter progressivo da economia; terceiro, a necessidade do cálculo econômico racional; e, por fim, a concentração dos trabalhadores no local de trabalho.

A partir dessa definição de sociedade industrial, ele afirma que a diferença conceitual entre economia industrial e economia capitalista se refere, de um lado, à questão da propriedade dos instrumentos de produção e, de outro, ao modo de regulação. Assim, enquanto numa economia capitalista os instrumentos de produção são objetos de apropriação individual e a regulação da atividade econômica é feita pelos mecanismos de mercado, numa economia industrial isso não é necessariamente verdadeiro como ocorria com a economia soviética, que era uma economia industrial, em que os instrumentos de produção pertenciam ao Estado e a regulação da atividade econômica era centralizada.

Daniel Bell, por sua vez, sustenta que a diferença conceitual entre sociedade industrial e capitalismo depende do princípio axial que se escolhe como parâmetro de análise, isto é, enquanto a noção de sociedade industrial se refere à dimensão sócio-técnica, a de capitalismo tem por base a dimensão sócio-econômica. Para Bell, portanto, a definição de uma sociedade como capitalista ou industrial depende do parâmetro escolhido: da tecnologia ou das relações de propriedade. Assim, tomando quatro países como exemplo — Estados Unidos, União Soviética, China e Indonésia, ele afirma que, de acordo com o parâmetro da tecnologia, Estados Unidos e a ex-União Soviética poderiam ser classificados como sociedades industriais; não se podendo dizer o mesmo em relação a China e a Indonésia. Por outro lado, pelo critério das relações de propriedade, Estados Unidos e Indonésia seriam capitalistas, o que não se poderia afirmar em relação à ex-URSS e à China.⁵

⁴ Aron, Raymond. *Dezoito lições sobre a sociedade industrial*. Brasília, Martins Fontes/ Ed. da UNB, 1981, p.73.

⁵ Bell, Daniel. *The Coming of Post-Industrial Society*. New York, Basic Books, 1976.

A partir desta estratégia proposta por Bell, pode-se conceber dois diferentes esquemas de desenvolvimento social: pré-industrial, industrial, pós-industrial, se se adota o critério da tecnologia; ou feudal, capitalista, socialista, se o critério adotado for o das relações de propriedade.

Ainda segundo Bell, é possível que num dado período histórico um princípio axial específico adquira tamanha importância que se torne determinante das outras relações sociais. É isso que parece ter ocorrido no século XIX, quando o modo capitalista de relações sociais, ao se tornar o *ethos* predominante, determinou muito do caráter e da cultura de então. Mas não se pode derivar daí, segundo Bell, que o modo de produção sempre determina a superestrutura de uma sociedade, ou que o modo de produção possa unificar a sociedade em seu conjunto. Ler o caráter de uma sociedade por meio de um único conceito constituiu-se, portanto, em grave erro. Esse erro — que Marx teria cometido ao pensar que o modo de produção determina todas as outras dimensões de uma sociedade — também explica a confusão entre os conceitos de sociedade industrial e capitalismo.⁶

Qualquer que seja a noção adotada — capitalismo industrial ou sociedade industrial — é inegável, no entanto, que ambas são sociedades nas quais o trabalho ocupa um lugar central na vida dos indivíduos e por isso mesmo podem ser chamadas de sociedades de trabalho. E essa parece ser a situação das sociedades que se industrializaram a partir do final do século XVIII.

Com o desenvolvimento da Revolução Industrial, a empresa industrial capitalista — para a qual a fábrica é a figura paradigmática — tornou-se o modelo a ser generalizado para o conjunto das relações sociais, fazendo com que, de um lado, a dinâmica do desenvolvimento social fosse percebida como resultante dos conflitos em torno da dominação no plano empresarial e, de outro, do tipo particular de racionalidade adequado à ação da empresa capitalista fosse projetado para a sociedade como um todo.⁷

O trabalho, por sua vez, se tornou o princípio organizador fundamental das relações sociais e, portanto, o meio pelo qual os indivíduos adquirem existência e identidade social pelo exercício de uma profissão.

⁶ Sobre os conceitos de capitalismo e de sociedade industrial, ver também Anthony Giddens, *Sociology. A Brief but Critical Introduction* (San Diego, HBJ Publishers, segunda edição, 1987); Claus Offe, "Toward a Theory of Late Capitalism" e Theodor W. Adorno, "Late Capitalism or Industrial Society?", ambos em Volker Meja et alii, *Modern German Sociology* (New York, Columbia University Press, 1987).

⁷ Ver a respeito Jürgen Habermas, *Toward a Rational Society* (Boston, Beacon Press, 1970); e Claus Offe, *Disorganised Capitalism* (Cambridge, Ma., MIT Press, 1985).

Isso permitiu, por outro lado, que a sociedade industrial não só se distinguísse das outras formações sociais previamente existentes mas também que se definisse como uma sociedade de trabalhadores.⁸

Foram essas as razões que, segundo Claus Offe, levaram os pensadores clássicos a privilegiar a noção de trabalho, a ponto desta noção acabar se impondo como a pedra fundamental da teoria sociológica e ponto de referência das pesquisas sociais. Offe afirma ainda a esse respeito que, embora a expressão "sociedade do trabalho" não faça parte do vocabulário sociológico de Marx, Weber ou Durkheim, a importância assumida pelo trabalho em suas construções teóricas permite concluir que, para eles, o trabalho aparecia como o fato social fundamental, impondo-se como paradigma das teorias da sociedade por eles formuladas.⁹

Durante as últimas décadas, porém, um conjunto de mudanças de natureza estrutural levou alguns autores a questionar a centralidade que tem sido atribuída ao trabalho.¹⁰ A esse respeito, as teorias de Daniel Bell sobre a *sociedade pós-industrial* e as de Habermas e Offe sobre o *capitalismo tardio*, são bastante ilustrativas. É delas que falarei a seguir.

II

A teoria social de Daniel Bell tem por base um esquema conceitual no qual a sociedade é formada por três esferas distintas — estrutura social, política e cultura —, sendo cada uma delas regida por um princípio axial diferente.¹¹ A partir desse esquema tripartite, que serve como corretivo contra tentativas de analisar a sociedade como um todo mediante um

⁸ Arendt, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro, Forense-Universitária, 1983; Gorz, André. *Métamorphoses du Travail*. Paris, Editions Galilée, 1988; Furstenberg, Friedrich. "The Future of the Working Society", in Gunter Dlugos et alli (orgs.). *Management Under Differing Labour Market and Employment Systems*. Berlin/ New York, Walter de Gruyter, 1988, pp. 3-10.

⁹ Offe, Claus. *Trabalho e sociedade - problemas estruturais e perspectivas para o futuro da sociedade do trabalho*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1989.

¹⁰ A seguir menciono alguns dos trabalhos que tentam sintetizar o debate sobre a crise da sociedade de trabalho: Claus Offe, "Trabalho como categoria sociológica fundamental?", in *Trabalho & Sociedade*, vol. I (Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1989), pp. 13-41; Klaus Eder, "Culture and Crisis: Making Sense of the Work Society", in Richard Munch and Niel J. Smelser (orgs.). *Theory of Culture* (Berkeley, University of California Press, 1992), pp. 366-399; Helmut König, "A crise da sociedade de trabalho e o futuro do trabalho: crítica de um debate atual", in Werner Markert (Org.). *Teorias de educação do iluminismo, conceitos de trabalho e do sujeito* (Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1994), pp. 149-177. Além desses artigos e de outros trabalhos mencionados em outras notas de pé-de-página, os trabalhos de autores como André Gorz e Jürgen Habermas são referências importantes nesse debate.

¹¹ Ver Daniel Bell, op. cit.

único parâmetro, Bell afirma que o conceito de sociedade pós-industrial, cujo princípio axial é a tecnologia, se refere apenas à estrutural social.

Tendo portanto a tecnologia como parâmetro de análise, ele elabora um esquema evolutivo em que o conceito de sociedade *pós-industrial* e contraposto aos de *pré-industrial* e de *industrial*. Assim, enquanto para ele o setor pós-industrial é voltado principalmente para atividades de processamento, com base em telecomunicações e computadores para veiculação de informação e conhecimento, o setor pré-industrial é mais voltado para atividades agrícolas e extrativas e o industrial é definido como fabricante de bens manufaturados com base em tecnologia mecânica. Para efeito da discussão proposta neste artigo, no entanto, o que mais interessa é a comparação que Bell faz entre os conceitos de sociedade industrial e de pós-industrial.

Na sociedade industrial, que é baseada em tecnologia mecânica, o capital e o trabalho são as principais características estruturais; as mercadorias industriais são produzidas em unidades distintas, cuja compra ou troca envolve a transferência da posse física e pode ser consumida ou usada como pão ou automóvel; na manufatura de bens industriais pode-se estabelecer uma função de produção e determinar a combinação aproximada e o custo relativo de cada fator; por fim, a sociedade industrial se caracteriza pela teoria do valor-trabalho, já que o capital é trabalho (morto) incorporado.

Na sociedade pós-industrial, que é baseada em tecnologia intelectual, a informação e o conhecimento são as principais características estruturais; a informação e o conhecimento, diferentemente das mercadorias industriais, quando vendidos continuam com o produtor, por isso não se esvaem quando consumidos ou usados. Além do mais, o conhecimento é um produto social e a questão de seus custos, preço ou valor em muito difere da dos produtos industriais. Por fim, a sociedade pós-industrial é caracterizada por uma teoria do valor-conhecimento, já que é a codificação do conhecimento que se constitui na força diretiva da inovação.

Embora Bell não sustente com base em sua teoria que a sociedade pós-industrial substitui a industrial, ele chama a atenção para as novas dimensões que caracterizam a sociedade pós-industrial. Entre essas novas dimensões, ele destaca duas: a centralidade do conhecimento teórico, que se tornou a base das inovações tecnológicas; e a expansão do setor de serviços, sobretudo pelo incremento de serviços humanos (saúde, educação e serviços sociais) e de serviços profissionais e técnicos (pesquisa, consultoria, computadores e análise de sistemas). Mas entre as mudanças a que Bell se refere há uma que nos interessa mais diretamente: a mudança na natureza do trabalho. De acordo com o esquema evolutivo proposto por

Bell, enquanto na sociedade industrial o trabalho é um jogo contra a natureza, na sociedade pós-industrial a natureza é excluída e o trabalho passa a ser um jogo entre pessoas — o burocrata e o cliente, o médico e o paciente, o professor e o aluno — dentro de escritórios, grupos de serviço ou de pesquisa. Por trás dessa mudança na natureza do trabalho está outra de natureza conceitual, já mencionada antes, que é a substituição da *teoria do valor-trabalho* por uma *teoria do valor-conhecimento*.

III

O conceito de capitalismo tardio foi desenvolvido por Habermas e por Offe no início dos anos 1970 aparentemente com o objetivo de se contrapor às chamadas teorias da sociedade industrial — como a de Daniel Bell — para as quais existia uma convergência entre os sistemas sociais industriais. Claus Offe argumentava nesse sentido que, ao preconizar a convergência entre os sistemas sociais industriais, essas teorias deixam de lado questões relevantes concernentes às diferenças entre capitalismo e socialismo.¹²

Todavia, como o meu objetivo aqui não é reproduzir a polêmica entre os proponentes dessas teorias, mas tão-somente mostrar como alguns desses autores analisam as mudanças estruturais vivenciadas pelas sociedades desenvolvidas, passo direto ao conceito de capitalismo tardio.

A noção de capitalismo tardio baseia-se fundamentalmente nas mudanças estruturais vividas pelas sociedades capitalistas industrializadas desde o final do século XIX. Essas mudanças estruturais consistem, segundo Habermas, basicamente em duas tendências de desenvolvimento, que ele resume como "um crescimento da intervenção estatal, com o objetivo de garantir a estabilidade do sistema, e uma crescente interdependência entre a pesquisa e a tecnologia, que converteu as ciências numa força produtiva dominante".¹³

É com base nessas duas tendências, que Habermas e Offe definem a sociedade atual como sendo de natureza diferente daquela do século XIX, sobre a qual Marx escreveu. Assim, a expressão "capitalismo tardio" é usada em contraposição a capitalismo liberal, justamente para diferenciar a sociedade industrial contemporânea do jovem capitalismo que vigorou na Europa Ocidental até a metade do século XIX.¹⁴

¹² Ver Claus Offe, obra citada na nota número 7.

¹³ Habermas, Jürgen. *Toward a Rational Society*. Boston, Beacon Press, 1970, p. 100.

¹⁴ Ver Jürgen Habermas, op. cit.; Claus Offe, obra citada na nota número 7.

Naquela época, segundo Habermas, a teoria do valor-trabalho formulada por Marx constituía-se num instrumento eficiente para destruir criticamente a aparência de liberdade representada pela instituição legal do contrato de trabalho livre. Ou seja, a teoria do valor-trabalho revelava as relações de dominação e exploração nas quais se baseava a instituição do trabalho assalariado.

Desde o último quartel do século XIX, porém, as duas tendências antes mencionadas conseguiram mudar o arcabouço institucional do capitalismo, e portanto as condições para a aplicação da teoria marxista do valor. Com isso, o esquema analítico de Marx, baseado na teoria do valor-trabalho, que foi um instrumento eficiente para explicar o funcionamento do capitalismo liberal, tornou-se insuficiente para explicar a realidade de um capitalismo caracterizado por uma crescente intervenção estatal, e em que a ciência desempenha o papel de força produtiva principal. Assim temos, de um lado, a intervenção estatal para regular o processo econômico e corrigir as disfunções do sistema geradas pelos ciclos dos negócios, e, de outro, o advento do investimento em grande escala em pesquisa fazendo com que a ciência e a tecnologia se tornassem as mais importantes fontes de produtividade e de produção. A ação combinada dessas duas tendências invalidam, segundo Habermas, as bases da teoria marxista do valor-trabalho:

"Não faz mais sentido calcular o montante de capital investido em pesquisa e desenvolvimento com base no valor da força de trabalho simples, não-especializada, quando o progresso científico-técnico se tornou uma fonte independente de mais-valia, em relação a qual a única fonte de mais-valia considerada por Marx — isto é, a força de trabalho dos produtores imediatos —, desempenha um papel cada vez menor".¹⁵

IV

Como se pode ver a partir do exposto acima, tendo por base as transformações estruturais vivenciadas pelas sociedades desenvolvidas, tanto a teoria de Habermas e Offe sobre o capitalismo tardio quanto a de Daniel Bell sobre a sociedade pós-industrial questionam a atualidade da teoria marxista do valor-trabalho. Embora muitas vezes sem fazer refe-

¹⁵ Habermas, *op.cit.*, p.104.

rência direta à teoria do valor, outros autores têm contribuído nesse mesmo sentido.

A esse respeito, aliás, a afirmação de Dahrendorf, de 1987, é bastante sintomática: "As sociedades modernas são sociedades de trabalho, construídas em torno de uma ética de trabalho e de posições ocupacionais, mas elas também parecem ser conduzidas pela visão e pela perspectiva ao que parece crescentemente realistas de um mundo sem trabalho".¹⁶ Na verdade, já em 1958, Hannah Arendt escrevia que estávamos diante do prospecto "de uma sociedade de trabalhadores sem trabalho".¹⁷ Mas naquela época a perspectiva de uma sociedade de trabalho sem trabalho ainda parecia longe de ser uma realidade palpável, pois nos países industrializados do Ocidente o sucesso do *welfare state* keynesiano garantia altos níveis de emprego e bem-estar para a população trabalhadora, enquanto no Leste europeu a ex-União Soviética continuava glorificando o trabalho.¹⁸

Todavia, as mudanças estruturais decorrentes do emprego da informática e da microeletrônica na produção industrial elevaram a produtividade do trabalho a tal ponto que acabaram por desfazer, nessas últimas décadas, a até então existente equação entre crescimento econômico e crescimento do nível de emprego. Escrevendo sobre a relação entre o PIB dos países da OCDE e a quantidade de trabalho *per capita*, medida em horas trabalhadas, Dahrendorf afirma o seguinte:

"Até o final dos 50, ambos cresceram, embora mesmo nesse período o crescimento do PIB tenha sido mais rápido do que o da quantidade de trabalho. Desde então, entretanto, as duas curvas guinaram para direções opostas. Enquanto o PIB cresceu de 100 em 1950 para 400 em 1986, a quantidade de trabalho *per capita* cresceu até 110, e, depois, declinou para 66, durante o mesmo período".¹⁹

Assim, hoje, a perspectiva de um mundo sem trabalho já não parece tão distante quanto parecia há trinta anos e o discurso sobre a crise da sociedade de trabalho adquire, portanto, uma nova dinâmica.

Benjamin Coriat, por exemplo, afirma que as modificações introduzidas no processo de trabalho, em decorrência da aplicação da micro-

¹⁶ Ralf Dahrendorf, op. cit., p.152.

¹⁷ Hannah Arendt, op.cit. p. 13.

¹⁸ Ver a respeito Herbert Marcuse, *Soviet Marxism* (New York, Columbia University Press, 1958).

¹⁹ Ralf Dahrendorf, op. cit., pp. 151-152.

eletrônica na produção industrial, acabam com a possibilidade de controle operário sobre o ritmo da produção. Para Coriat, os autômatos programáveis e os robôs empregados conjuntamente — os primeiros regulando a velocidade de circulação das peças e dos produtos, os segundos efetuando as operações de produção —, apresentam uma tão grande complementariedade funcional, que permitem "um salto à frente em relação à lógica de economia de tempo", que caracteriza os processos de trabalho tayloriano e fordiano. Nos processos de trabalho desse tipo, "o ritmo de trabalho dos operários determina o ritmo de produção" e o rendimento efetivo obtido ainda depende do tempo humano. Já no processo de trabalho da fábrica automatizada, baseado na combinação de autômatos e robôs, o ritmo da produção não depende mais do ritmo de trabalho dos operários, mas sim do rendimento das instalações. Com isso, ele conclui que o trabalho vivo fica relegado às "tarefas de comando-vigilância-controle dos dispositivos automáticos".²⁰

O mesmo assunto é tratado por André Gorz, que usa a expressão "revolução microeletrônica" para descrever esse conjunto de transformações tecnológicas:

"A revolução microeletrônica inaugura a era de abolição do trabalho. E essa era deve ser compreendida num duplo sentido: a) a quantidade de trabalho necessário decresce rapidamente até se tornar marginal na maior parte das produções materiais e das atividades de organização; b) o trabalho não implica mais um face-a-face do trabalhador com a matéria. A transformação desta não resulta de uma atividade imediata completa e soberana".²¹

Para Gorz, uma mudança tão radical "justifica plenamente a expressão 'revolução microeletrônica'".²² As novas condições criadas pela automatização da produção, com suas "usinas onde robôs fabricam robôs",²³ impõem, segundo Gorz, até mesmo uma revisão na forma tradicional de cálculo econômico. A partir dessas novas condições, "o tempo de trabalho não poderá mais ser a medida do valor econômico".²⁴

Na fábrica automática, ainda segundo Gorz, o trabalho vivo direto, o valor econômico — "no sentido marxista" — e o poder de compra baseado em salários tendem todos a zero, donde se deve concluir que a

²⁰ Coriat, Benjamin. "Autômatos, robôs e classe operária", *Novos Estudos Cebrap* 2, julho/1983. Todas as citações são da página 33.

²¹ Gorz, André. *Les Chemins du Paradis*. Paris, Galilée, 1983, p. 73.

²² *Ibid.*, p. 68.

²³ Gorz, *ibid.*

²⁴ Gorz, *ibid.*, p. 69.

"automatização abole os trabalhadores ao mesmo tempo que os compradores potenciais".²⁵ É isso que justifica uma revisão no cálculo econômico tradicional, em que o valor do trabalho ocupa lugar central.

V

Quando Gorz fala em abolição do trabalho, ele não está se referindo a qualquer tipo de trabalho, mas sim aquele trabalho que se tornou a base da sociedade capitalista industrial e informou a teoria sociológica clássica. Esse tipo de trabalho, ele firma, é uma invenção tão recente quanto o próprio capitalismo industrial.²⁶

Hannah Arendt nos ensina, a propósito, que o trabalho no sentido que nós o entendemos hoje é uma invenção moderna, cuja generalização ocorreu somente com o advento do industrialismo. A característica essencial dessa forma moderna de trabalho é o fato de ser uma atividade que se exerce na esfera pública, na qual ele é definido e reconhecido por outros como uma atividade útil, fazendo jus a um pagamento na forma de salário.²⁷ Ou seja, o trabalho (assalariado) sobre o qual se funda atualmente a coesão e a cidadania sociais não pode ser redutível ao "trabalho" no sentido antropológico, já que esse último, ao invés de ser concebido como um meio de integração social, sempre funcionou na verdade como critério para excluir os indivíduos da esfera pública.²⁸

Segundo Arendt, era senso comum entre os gregos antigos que os homens que permaneciam presos ao reino da necessidade, submetendo-se às necessidades do corpo, não seriam capazes de conduta moral; enquanto a liberdade (o reino humano), ou a capacidade de pertencer à esfera pública, somente seria possível para eles depois de ultrapassar a pressão das necessidades corporais, isto é, o reino da necessidade. No mundo antigo, as atividades econômicas ocorriam geralmente no interior dos domicílios, um espaço privado no qual a atividade do trabalho (labor) era exercida. Aliás, o próprio Marx parece ter compartilhado a visão dos gregos de que o trabalho não pertencia ao reino da liberdade, como se pode ver no livro III de *O capital*, em que ele associa o reino da liberdade com o tempo livre enquanto o trabalho é relegado ao reino da necessidade.²⁹

²⁵ Gorz, *ibid*, p. 70.

²⁶ Ver André Gorz, *Métamorphoses du Travail*, 1988.

²⁷ Hannah Arendt, *op. cit.*.

²⁸ Ver a respeito ambos Arendt, *op. cit.*; Gorz, *op. cit.*, 1988.

²⁹ Ver Karl Marx, *O Capital*, vol.3 (New York, International Publishers, 1967), p. 819.

Assim, enquanto no mundo antigo o trabalho pertencia à esfera privada da necessidade econômica e a liberdade era concebida como pertencente à esfera pública, política; no mundo moderno — capitalista, ao contrário, o trabalho, assim como as demais atividades econômicas passam também a pertencer à esfera pública, onde são mediadas pelo mercado. A concepção moderna de trabalho, cuja consolidação data do século XVIII, guarda portanto estreita relação com o capitalismo manufatureiro. Antes dessa época, o termo *trabalho* (labor) referia-se principalmente à produção de bens de consumo e serviços, nos quais servos e jornaleiros contratados labutavam dia após dia numa atividade que se auto-consumia. Gorz, escrevendo a respeito do assunto, afirma que os artesãos que produziam objetos duráveis "não 'trabalhavam', eles 'obravam' e na 'obra' deles eles podiam utilizar o 'trabalho' de homens não-qualificados chamados a desempenhar tarefas grosseiras, pouco qualificadas".³⁰

A transformação do trabalho (labor) de servos e jornaleiros em uma atividade economicamente racional significou uma verdadeira revolução nos hábitos e costumes da população pobre de então. Isso, aliás, não parece ter sido uma tarefa fácil, como mostram inúmeros estudos sobre a indisposição das primeiras gerações de trabalhadores de aceitar a disciplina de fábrica, que para eles significaria trabalhar em tempo integral dia após dia.³¹

Segundo Gorz, com esse processo de racionalização, que transformou o trabalho concreto em trabalho abstrato e converteu o homem pobre em trabalhador disciplinado,

"A atividade produtiva foi esvaziada de seu sentido, de suas motivações e de seu objeto para se tornar *meio* de ganhar um salário. Ela deixou de fazer parte da vida para se tornar o *meio* de 'ganhar sua vida'. O tempo de trabalho e o tempo de viver foram separados; o trabalho, seus instrumentos, seus produtos adquiriram uma realidade separada daquela do trabalhador e passaram a depender de decisões estranhas. A satisfação 'do obrar' em comum e o prazer de 'fazer' foram suprimidos em benefício somente daquilo que podia se transformar em dinheiro".³²

³⁰ Gorz, *Metamorphoses*, pp. 28-29.

³¹ Weber, Max. *The Protestant Ethic and the Spirit of Capitalism* (New York, Charles Scribner's Sons, 1958); Polanyi, Karl. *The Great Transformation*. (Boston, Beacon Press, 1944); Thompson, Edward P. "Time, Work-discipline and Industrial Capitalism". *Past & Present* 38, December, 1967.

³² Gorz, *Metamorphoses*, p. 36.

O trabalho como atividade socialmente dominante não pode portanto ser separada das condições históricas que lhe deram origem nem tampouco do tipo particular de racionalidade que predomina na sociedade capitalista industrial. É somente a partir dessa relação intrínseca com um tipo particular de racionalidade (econômica ou instrumental), que a noção moderna de trabalho ganha sentido. Isso, em outras palavras, quer dizer que a noção moderna de trabalho está estreitamente vinculada com as categorias "tempo" e "dinheiro".³³ Assim, uma noção de trabalho adequada às condições do mundo contemporâneo só pode ser aplicada a atividades que 1) criam valor de uso; 2) criam valor de troca; 3) são exercidas na esfera pública; 4) tem o tempo como critério para medir a produtividade.³⁴

Quando se fala em crise da sociedade de trabalho, a noção de trabalho em questão não é portanto uma categoria indiferenciada, mas sim o trabalho no sentido economicamente racional acima definido. Afinal, qual seria o sentido prático de uma noção de trabalho indiferenciada, na qual se pudesse incluir qualquer tipo de atividade? Paul Ricoeur tinha razão quando, há muitos anos, escreveu sobre o mesmo assunto: "Uma noção que signica tudo não significa mais nada".³⁵

É esse tipo de trabalho que está perdendo sua hegemonia como principal meio de inserção social.³⁶ E isto por várias razões: primeiro, porque com a subdivisão e desqualificação ele se tornou uma atividade monótona e incapaz de fornecer condições de auto-realização para quem o pratica; segundo, porque sua diminuição (traduzida em massivo desemprego) vem impedindo que um número crescente de indivíduos sequer ingresse no mercado de trabalho; terceiro porque, com o aumento do tempo livre e do desemprego, ele reduz sua participação relativa no conjunto do tempo social, deixando de ser a atividade mais importante na vida dos cidadãos das sociedades desenvolvidas.

VI

Já que o objeto deste artigo é o debate sobre a crise da sociedade de trabalho, eu não poderia concluí-lo sem fazer algumas considerações sobre o significado dessa crise.

³³ Ver Gorz, *Metamorphoses*; Thompson, op. cit.

³⁴ Sobre essa definição de trabalho, ver Gorz, *Métamorphoses*, capítulo 11.

³⁵ Ricoeur, Paul. *História e verdade*. Rio de Janeiro, Companhia Editora Forense, 1968, p. 202.

³⁶ Perret, Bernard. "Les limites de l'insertion par le travail". *Esprit* 182, juin 1992, pp. 23-34.

A esse respeito, algumas conclusões parciais podem ser tiradas a partir da análise desenvolvida acima. Um primeiro conjunto de conclusões se refere aos efeitos das mencionadas transformações estruturais sobre o trabalho, que são basicamente dois: primeiro, pode-se afirmar que o trabalho *latu sensu* vem se tornando uma atividade cada vez mais reflexiva, devido tanto ao crescimento relativo do setor terciário quanto ao impacto das mudanças tecnológicas no próprio setor industrial. Essa crescente intelectualização do trabalho no setor secundário tem levado alguns autores a especular até mesmo sobre o fim da divisão entre trabalho manual e trabalho intelectual. Em segundo lugar, pode-se afirmar que o trabalho manual propriamente dito, aquele que se constitui na atividade básica do operário fabril clássico, vem se reduzindo quantitativamente à medida que a produção se torna mais automatizada.

O impacto dessas mudanças sobre o trabalho se faz refletir também no trabalhador manual de fábrica que tende a desaparecer. Ele tende a ser substituído por robôs — onde o contato direto com a matéria ainda persiste, ou por outro tipo de trabalhador que, ao invés de manusear diretamente o material a ser transformado no processo de produção, se torna um vigia ou controlador dos equipamentos. Paralelamente a essa metamorfose do trabalho e do trabalhador, caminha a redução global da quantidade de trabalho disponível.

A redução da quantidade de trabalho afeta diretamente o mercado de trabalho, que se encolhe e fica mais seletivo, acentuando as tendências de exclusão social dos menos aptos. É importante não esquecer que tudo isso ocorre num contexto de globalização da economia, e, portanto, do próprio mercado de trabalho. A globalização significa também uma maior exigência de flexibilização, tanto da parte das empresas quanto dos candidatos a um posto de trabalho. Daí se conclui que o trabalhador com maior capacidade de se colocar no mercado de trabalho será aquele que tiver maior capacidade de adaptação a situações novas; ou seja, ele tem que ser flexível do ponto de vista espacial (porque o mercado se globalizou) e temporal (porque as novas tecnologias exigem um aprendizado constante). Em tais circunstâncias, quanto mais alta for sua formação cultural, maior será sua capacidade de adquirir novos conhecimentos e portanto de se adaptar a um mundo cambiante. Mas a redução da quantidade global de trabalho afeta também a ética do trabalho, que sofre a ação conjunta, de um lado, do aumento do tempo livre;³⁷ e, de outro, do desemprego prolongado.

³⁷ Sobre o aumento do tempo livre, ver Joffre Dumazedier, *Revolution Culturelle du Temps Libre* (Paris, Meridiens Klincksieck, 1988); Roger Sue, "De la sociologie du loisir a la sociologie des temps sociaux", *Sociétés*, 32, 1991, pp. 173-181.

Tudo isso parece em contradição com a imagem de uma sociedade na qual o trabalho é um valor central. Para Friedrich Furstenberg, um estudioso desse assunto,

"A constituição do trabalho como um valor central da vida está ligada à firme convicção de que todos os membros capazes de uma sociedade têm de trabalhar, devem trabalhar, e, por fim, deveriam também gostar de trabalhar. O impulso para o trabalho resulta da necessidade de proporcionar meios de sobrevivência. A obrigação de trabalhar fundamenta-se em valores e normas que colocam o trabalho na base de uma vida plena de significado. A disposição para o trabalho resulta não só desse conjunto mas também da expectativa de que os objetivos primordiais da vida pessoal podem ser alcançados mediante o esforço individual".³⁸

No entanto, para que o trabalho continue sendo um valor central na vida dos cidadãos é necessário que haja a possibilidade de escolha, isto é, que haja trabalho pelo menos para aqueles que querem trabalhar. Mas uma tal situação parece em contradição com o que se viu ao longo deste artigo. E o sentimento dominante, ao contrário, é portanto o de uma sociedade para a qual o trabalho sempre desempenhou o papel de veículo para a cidadania social, mas que não pode mais oferecer trabalho a todos os seus membros em condições de trabalhar. Ora, não seria isso suficiente para caracterizar uma situação de crise? Crise que, aliás, atinge os principais fundamentos da sociedade de trabalho: o mercado de trabalho, o trabalhador, o trabalho e a própria ética do trabalho. E, se os fundamentos da sociedade de trabalho estão em crise, como não reconhecer que a sociedade de trabalho, ela própria, esteja também em crise?

JOSUÉ PEREIRA DA SILVA é professor de Sociologia do IFCH da UNICAMP.

³⁸ Furstenberg, op. cit., p. 3.

A CRISE DA SOCIEDADE DO TRABALHO EM DEBATE

JOSUÉ PEREIRA DA SILVA

Examina-se o debate europeu sobre a crise da sociedade do trabalho. As sociedades de capitalismo tardio já não têm como, ou já não necessitam mais, oferecer trabalho para todos os que desejam trabalhar. Isso se choca com o fato de que, nessas sociedades, o trabalho assalariado não deixou de ser a forma privilegiada de acesso à cidadania social e a atividade para a qual estão voltados alguns dos valores e objetivos centrais da vida individual.

THE DEBATE ON THE CRISIS OF WORK

The European debate on the crisis of the "labour-based society" is examined. The advanced capitalist countries are no longer able (or need not anymore) provide jobs for all their citizens wishing to work. This is in stark contrast with the fact that paid work remains, not only as the most fundamental way of obtaining social citizenship, but also as the source of some of the core values and objectives of individual life.